CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO-CEE-nº 0249/78

INTERESSADO : Secretaria do Estado da Educação e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em SÃO CARLOS.

ASSUNTO : CONVÊNIO

RELATOR (A): Conselheiro (a) João Baptista Salles da Silva

PARECER - CEE-nº 0371 /80 C . P l . APROVADO em 12 / 03 / 80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

O Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação encaminha a este Conselho Minuta de Convênio a ser celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em São Carlos, para fins do atendimento de educandos, deficientes mentais treináveis, que não apresentam condições para freqüência em escolas comuns da rede estadual de ensino.

2. APRECIÇÃO:

Trata-se de Convênio que vem sendo celebrado há alguns anos, visando à conjugação de esforços e recursos materiais e humanos, no sentido de atendimento a entidades assistenciais, cabendo à Secretaria de Estado da Educação destinar, além do afastamento de professores, subvenção, objetivando esse atendimento, de conformidade cora as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMÉIRA-Do objeto

As partes convenientes estabelecem como objetivo do presente Convênio, a destinação de recursos financeiros e humanos para a execução de serviços de ensino, gratuitos, nos termos fixados / pelo Decreto nº 7.318, de 19/12/75, alterado pelos Decretos nºs.. 8.141, de 05/07/76; 9.313, de 28/12/76, e Resolução SE nº 88, de 10/09/79, publicada a 11/09/79.

CLÁUSULA SEGUNDA: Das obrigações da Secretaria de Estado da Educação

Compete à Secretaria de Estado da Educação:

a) destinar recursos financeiros para a contratação de pessoal docente;

b) colocar à disposição da entidade conveniente / dois (0 2) professor(es) nível I para a regência de duas (0 2) classe (s).

§ 1º O (s) professor (es) afastado (s) nos termos / deste Convênio prestará(ão), exclusivamente, serviços docentes / junto à instituição conveniada.

§ 2º - Caberá à Delegacia de Ensino competente o controle da vida funcional do (s) professor (es) afastado (s).

CLÁUSULA TERCEIRA - Das obrigações da entidade conveniente

Compete à instituição a observância dos dispositivos previstos na legislação pertinente aos termos deste Convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO - As obrigações com os encargos sociais, decorrentes da contratação de pessoal docente, admitido sob o regime da legislação trabalhista, correrão, exclusivamente, por conta da entidade conveniente.

CLÁUSULA QUARTA - Da alocação de recursos

Para a execução do que se estabelece na letra "a" da Cláusula Segunda deste Convênio, a Secretaria de Estado da Educação concederá à entidade conveniente o montante anual de Cr\$ 309.608,00 (trezentos e nove mil, seiscentos e oito cruzeiros)

CLÁUSULA QUINTA - Dos Recursos

A Secretaria de Estado da Educação, para atendimento deste Convênio, consignará recursos financeiros que correm por conta da rubrica 3.1.3.2.2.0, da Unidade de Despesa 08.01.01.

CLÁUSULA SEXTA - Do crédito

O pagamento dos recursos previstos neste Convênio será efetuado no exercício de 1980, através do agência do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), indicada pela entidade conveniente.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da prestação de contas

A prestação de contas dos recursos financeiros / provenientes deste acerto será entregue na Divisão Regional de Ensino a que a entidade conveniente estiver jurisdicionada, obedecidas as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Processo-CEE-n. 0249/78

Parccer-CEE-n. 0371 /80

CLÁUSULA...OITAVA - Das Alterações

As dúvidas que surgirem na execução do presente Convênio e os casos "omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes signatárias deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - Da Vigência

O presente Convênio terá vigor no exercício de 1980
CLÁUSULA DÉCIMA - Da Inadimplência

A inadimplência das obrigações definidas neste instrumento implicará na sua denúncia por qualquer uma das partes con-tenentes, garantindo-se aos alunos a continuidade dos estudos, até o término do ano letivo.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo para a solução de qualquer pendência oriunda deste ajuste.

E, por estarem concordes, lavra-se o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, ~~que~~ vai assinado pelas partes e testemunhas, depois de lido e achado conforme.

II - CONCLUSÃO

Aprova-se a minuta de Convênio a ser celebrado entre a Secretaria de Estado da ~~Educação~~ e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS EM SÃO CARLOS em que se prevê a subvenção de ... C\$ 309.608,00 (trezentos e nove mil cruzeiros, seiscentos e oito cruzeiros) e o afastamento, à disposição da entidade, respeitadas as exigências da legislação em vigor, de dois (02) Professor(es) I para fins de atendimento de serviços gratuitos de ensino.

São Paulo, 14 de fevereiro 1980

a) Conselheiro (a)

João Baptista Salles da Silva
Relator (a)

III - DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO adota como seu Parecer o Voto do (a) nobre Conselheiro Relator (a).

Presentes os nobres Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, Maria Aparecida Tamaso Garcia, Roberto Moreira.

Sala das Comissões em 27 de f e v e r e i r o de 1980

a) Conselheiro João ~~Baptista~~ Salles da Silva

João Baptista Salles da Silva
PRESIDENTE

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de março de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente